



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Discurso na audiência aos meninos e às meninas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 10 DE OUTUBRO DE 1996

Senhores Ministros que me acompanham; Meninas e Meninos; trabalhadores rurais; Ministro Almir Pazzianotto; Senhor Francisco Urbano, Presidente da Contag; Senhores Parlamentares; Senhoras e Senhores;

Este segundo encontro nacional de meninos e meninas trabalhadores rurais, promovido pela Contag, coincide com o pensamento do Governo. É preciso combater a exploração das crianças e dos adolescentes. Ouvimos, aqui, depoimentos pungentes e expressivos, aos quais não se devia juntar palavra nenhuma, porque a palavra vale menos do que a força expressiva da experiência de vida das crianças que aqui falaram.

E as reivindicações são claras. Hoje, estou enviando ao Congresso, por sugestão do Ministro Pazzianotto, com o apoio dos Ministros do Trabalho, da Educação, da Agricultura e dos demais Ministros, uma medida para alterar, na nossa Constituição, o limite de idade de trabalho.

Entretanto, nós todos sabemos, e é bom que vocês, que são jovens, saibam também, que, por mais que o Presidente queira, por mais

que o Congresso legisle, isso não é suficiente. É preciso que haja uma modificação na prática, na realidade. E a modificação na realidade não se dá apenas pela decisão do Presidente, nem pela decisão do Congresso. Ela se dá pela transformação de cada um, das mentalidades; pela luta pela melhoria efetiva das condições de vida. Isso só acontece se houver, como está havendo, mobilização da sociedade. É um ponto importante.

Hoje, aqui, no Palácio do Planalto, estão os meninos e meninas que trabalham no campo, está a Contag, para que o Brasil todo veja que há uma situação, no País, com a qual não podemos concordar. É uma situação que tem que mudar. Vocês podem me dizer: “Bom, mas se o senhor é o Presidente, faz mudar.” Ah, não é assim, não. Só muda se nós fizermos o que estamos fazendo: mobilizando a sociedade e fiscalizando. Cabe ao Governo determinar certas regras e fiscalizar a execução dessas regras. Mas isso é trabalho também de todo o País, de toda a sociedade. Só juntos é que poderemos fazer com que haja o que foi pedido aqui com muita propriedade pelos dois jovens que falaram.

Progressos houve. Nós temos tentado mobilizar a sociedade. Desde o dia 7 de setembro do ano passado, Dia da Pátria, que procurei justamente chamar a atenção do Brasil para a situação das crianças. Não foi por acaso que, no dia mais importante do Brasil, que é o dia 7 de setembro, quando nós comemoramos a nossa independência, eu procurei mostrar que essa independência precisa continuar sendo objeto de conquistas. Não é só a independência política: tem que vir também a independência da servidão, da exploração, do trabalho mal pago, do trabalho infantil, do trabalho escravo e assim por diante.

Nós, já antes do dia 7 de setembro, no ano passado, criamos o Getraf, que é um grupo de trabalho para cuidar da repressão contra o trabalho escravo no Brasil. E, ainda recentemente, neste último dia 6 de setembro, assinamos, aqui, no Palácio do Planalto, uma espécie de pacto, um compromisso de erradicação do trabalho infantil. E, no dia seguinte, dia 7, este ano, eu recebi, lá onde mora o Presidente da República, no Palácio da Alvorada, uma série de crianças de carvoarias de Mato Grosso, que tinham sido contempladas com o que

chamamos de bolsa-cidadania – algum recurso para equilibrar as finanças das famílias, porque, se as crianças trabalham, é porque as famílias precisam, não têm recursos. Então, não adianta, simplesmente, proibir o trabalho infantil e não dar condições para que essa proibição seja efetiva.

Nós estamos ampliando essa bolsa cidadania. Mas, para isso, precisamos da colaboração de todo mundo, das associações sindicais, como é o caso da Contag, dos vários sindicatos de trabalhadores, das várias organizações comunitárias, das Prefeituras, dos governos dos estados. Nesse tipo de luta para melhorar a vida do povo, nós não podemos ter uma visão partidária. Esse não é problema de um partido, não é um problema de governo, é um problema do País todo. Então, nós todos temos que estar interessados, mobilizados, fazendo cada um de nós o que é possível fazer.

Agora, evidentemente, para que possamos avançar na vida, para que o País possa melhorar, precisamos ter maiores condições de crescimento da economia. Tem que haver mais emprego, melhorar a condição de salário, distribuir a renda. E tudo isso é um processo, processo complicado, que não se faz do dia para a noite, mas que se está fazendo.

Vocês, que são jovens, talvez não tenham, certamente não têm, a experiência de vida necessária para ver o que está acontecendo. O Brasil não está piorando, não. Ele está melhorando, porque tudo isso sempre houve no Brasil, até em maior escala. Só que não se falava, só que não se sabia, só que o Governo fechava os olhos, só que a sociedade não prestava atenção. Agora, não. Agora, a sociedade presta atenção. Vocês se organizam, o Governo não fecha os olhos, reconhece os problemas, tenta resolver, faz apelo para que se possa resolver.

E nós fomos mais longe. O Ministério do Trabalho – o Ministro Paulo Paiva está aqui – fez um diagnóstico, que vocês, os Líderes, devem ter, a respeito do trabalho infantil no Brasil. Há certas áreas que são muito difíceis: carvoaria, o trabalho com o sisal, o trabalho nas salineiras e o trabalho nos canaviais. São trabalhos pesados – aqui foi dado um exemplo vivo disso –, trabalhos, muitas vezes, insalubres, absolutamente inapropriados para as crianças.

Nós começamos a resgatar essa dívida social, na questão das carvoarias de Mato Grosso. Temos que fiscalizar. Já houve denúncias de crianças que voltaram a trabalhar. Portanto, não é só tomar uma medida e dar uma bolsa. É preciso ver o que está acontecendo. O Governo não tem estrutura suficiente para isso, precisa da sociedade junto para poder fiscalizar. E, agora, nós temos que atuar com muita força nos canaviais.

Gostaria que os Ministros organizassem uma viagem minha a Pernambuco. Acho que seria um ato simbólico fazer uma reunião nos canaviais, lá no Engenho Massangana, onde foi criado Joaquim Nabuco, que foi o grande lutador pela libertação dos escravos no Brasil. Precisamos ir lá para chamar a atenção do País. Lá nos canaviais, onde houve há muitos anos a luta pela libertação dos escravos, precisa haver outra luta, desta vez para a libertação da criança, que não pode ser utilizada nesses canaviais.

Nada disso será feito se não dermos, como aqui foi dito, acesso à terra, porque o trabalho infantil, hoje, no Brasil, é no campo, muito mais do que na cidade. Na cidade também, mas é muito mais no campo. E, no campo, é preciso que haja condições para que as famílias possam ter vida mais condigna.

O Governo tem feito o que pode para aumentar o assentamento no Brasil. Tenho apelado para o Congresso, e voltei a apelar recentemente, aprovar as medidas que permitam a desapropriação em bases mais rápidas. Nós temos dado os recursos, dentro de um quadro de grande escassez deles, e mobilizado as estruturas políticas para podermos, efetivamente, encaminhar com mais força o problema da terra.

Faço de novo um apelo: não politizem essa questão. Não é correto. Acho que é um crime contra aqueles que necessitam da terra transformar uma reivindicação correta em luta política. Política é, mas no sentido amplo, não pode ser no sentido partidário.

Podem ter certeza de que o Governo e o Presidente da República, em particular, têm tido todo o empenho em criar-se uma estrutura da propriedade mais adequada no Brasil, em desconcentrar a pro-

priedade, dar aos que precisam de terra acesso a ela, para efetivamente trabalharem na terra.

Nós tivemos – e aqui está o Presidente da Contag, que sabe disso – de fazer muito esforço para o Pronaf funcionar. Continuamos nesse esforço. Ainda hoje, perguntava, no elevador, ao Ministro da Agricultura, como estão os recursos, o que o Conselho Monetário fez. Fez e não fez, porque tudo é muito difícil. Temos que mudar a mentalidade, fazer com que as pessoas realmente percebam a magnitude do problema e trabalhem de acordo com as necessidades atuais do Brasil. Mas estou confiante.

Nós estamos assentando mais gente na terra do que jamais se assentou no Brasil. Vou continuar assentando, porque isso é importante para que se possa resolver a questão colocada aqui pela jovem que falou, para que as famílias possam ter melhores condições de trabalho.

Enfim, estamos fazendo o que é possível para mudar, para que essas reivindicações de vocês tenham possibilidade de se transformar em realidade.

Não quero falar demasiado, porque, na verdade, não há muito que acrescentar aos depoimentos aqui apresentados.

Queria terminar fazendo um apelo, sobretudo a vocês que são mais jovens: continuem confiantes, estudem. É difícil. Eu sei que é difícil estudar quando se está cansado, depois de trabalhar. Sei que é injusto pedir que você estude tendo que trabalhar. Mas é fundamental que cada um procure melhorar a si próprio, porque, senão, não vai ter condição mais tarde de conseguir um trabalho melhor. É preciso que haja um esforço grande nesse sentido.

O Ministério da Educação tem feito o possível e o impossível para ampliar aquilo que é fundamental para o Brasil: a educação primária, a educação elementar, a educação de base. Nós estamos instalando televisões, já temos quase 50 mil – suponho eu – postos de televisão pelo Brasil todo, nas escolas, para que as escolas tenham acesso a formas de treinamento melhores.

Ainda ontem, a minha mulher, a Ruth, voltou da Amazônia. E, lá no meio da Amazônia, não é em Manaus não – como é que chama a cidade? Quaraí? –, no rio Solimões, ela foi ver como estava a situação.

Lá encontrou, numa organização, uma possibilidade de se informar. A Secretária de Trabalho ou Secretária do Bem-Estar Social sabe de um programa tal ou qual e já cadastrou os que têm condições para receber os benefícios do programa da Secretaria de Assistência Social, relativo aos idosos sem condições de renda na família, de modo que possam ter um pouquinho mais de renda.

As coisas são assim: não vão com rapidez, mas avançam. Agora, só vão continuar a avançar se nós todos estivermos unidos nesse propósito. E o que eu peço a vocês, hoje, no Dia da Criança, o que eu peço ao Brasil no Dia da Criança, é que cada brasileiro, cada brasileira perceba que é responsável pelo que acontece com essas crianças. Todos nós somos responsáveis. Essa responsabilidade vira hipocrisia, cinismo, se dela não derivar uma ação em benefício da transformação do Brasil.

Faço um apelo a todos: continuemos com confiança, organizados, discutindo, não importam as posições políticas, mas importam, sim, a boa-fé e a convicção de que estamos no caminho certo. Faço, não um apelo, mas votos, diante de vocês todos que estão, aqui, representando milhões de crianças brasileiras, para que a situação que vocês hoje vivem possa realmente mudar e que as próximas gerações não tenham que passar pela mesma experiência dura de um trabalho que é inapropriado para criança; e que vocês possam, ainda na geração de vocês, ter confiança num Brasil que seja capaz de oferecer o que vocês e suas famílias merecem, como disseram: um pedaço de terra, um salário mais digno, acesso à educação, uma profissão e a crença de que, vivendo no Brasil, viverão num país mais justo, porque nós todos vamos lutar para que ele seja mais justo.

Muito obrigado a vocês.